
Tema 1: Análise de situação, diagnóstico e estudos de base
Metodologias para a análise de situação

Adrienne Martin - A.M.Marlin@greenwich.ac.uk

Nicolie Oudwater

Sabine Gündel

Livelihoods and Institutions Group, National Resources Institute,
Universidade de Greenwich, Reino Unido

Foto: Adrienne Martin - Angeline Mbatu lavando mangas, em Harare, Zimbábue

A preparação desse trabalho foi co-financiada pelo Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido. As informações e as opiniões nele contidas são de responsabilidade dos autores.

A "análise de situação" na agricultura urbana e periurbana é geralmente o ponto de partida para os programas e projetos que promovem intervenções visando melhorar



a contribuição da agricultura urbana para a renda e a nutrição familiares, as condições sócio-ambientais e o bem estar geral. Porém os métodos e ferramentas apropriados para ajudar as análises de situação no contexto urbano e periurbano têm sido pouco considerados.

Ao considerar as metodologias para a análise situacional, identificamos dois marcos de trabalho que têm sido particularmente úteis. O primeiro, "Meios de Vida Sustentáveis", ajuda a conceitualizar as inter-relações entre as diferentes dimensões das vidas das pessoas e a revelar a complexidade da pobreza e dos modos de sustento nas cidades. Estabelece um vínculo conceitual entre o que sucede dentro dos lares e os níveis meso e macro, facilitando a análise de como as vidas são afetadas pelos processos institucionais e pelas políticas públicas e vice-versa (Camey, 1998; Sanderson, 2000; Martin e outros, 2000). O outro marco é o modelo "Pressão - Atividade - Estado - Impacto - Resposta" (PAEIR), um enfoque tanto teórico como prático (OCDE, 1996). Ele se centra na análise dinâmico-causal que identifica os fatores geradores de mudanças e explora as conseqüências e os impactos.

Um desafio conceitual importante é a definição do tipo de AUP e dos atores envolvidos nela. A definição e o uso de conceitos que orientem a exploração e a análise da agricultura urbana e de seu contexto urbano são especialmente desafiantes. Os termos agricultura "urbana", "periurbana" e "rural" são usados em algumas ocasiões como descrições generalizadas de algo contínuo, e noutras vezes como categorias bem distintas. A clareza conceitual é especialmente importante já que o estudo da AUP está marcado pela diversidade de atores e pela pluralidade de países envolvidos. É importante definir a AU em cada contexto, em lugar de se basear em definições preestabelecidas (ver: Adam, 1999 e Santandreu, 2001, nessa edição).

O tipo de atividade de agricultura urbana deve ser claramente definido. A literatura fala com maior freqüência dos cultivos em espaços abertos. Somente alguns

estudos de caso incluem as hortas nos quintais das residências que, no entanto, podem trazer uma contribuição significativa, mesmo que em pequena escala, para a sobrevivência das famílias, tanto em termos de alimentos como de renda. Outro tema problemático é a natureza dos "lares". Em algumas regiões urbanas, os lares são complexos e frequentemente ocupam vários espaços, pois há membros da família que vivem em diferentes lugares em diferentes épocas do ano, ou várias famílias que vivem em uma mesma casa (Martin e outros, 2000; Beall e Kanji, 1999).

Enfoques participativos

Existem muitos exemplos interessantes sobre o uso e a avaliação crítica de métodos participativos no contexto da agricultura urbana (ver: Santandreu nesta edição). A participação em processos participativos estimula o fortalecimento das comunidades locais e prepara o terreno para uma melhor governabilidade local. Também facilita a integração de aspectos de gênero, culturais e ambientais no desenvolvimento das propostas dos projetos.

O emprego das ferramentas típicas da prática da "Avaliação Rural Participativa" (ARP), como os trajetos transversais e o mapeamento dos terrenos com identificação de seus usos, é recomendado geralmente na forma de exercícios participativos introdutórios que oferecem aos pesquisadores uma percepção inicial da área e dos participantes, e oferecem a oportunidade de identificar os problemas que são mais importantes para eles. Existem grandes diferenças entre a execução de ARP em contextos urbanos e rurais que afetam o uso das ferramentas conceituais e dos métodos participativos (Mitlin e Thompson, 1994). As diferenças giram em torno da diversidade nas estratégias de sobrevivência urbanas, no nível de dependência dos recursos naturais, na combinação de atividades formais e informais, no idioma e na etnia, em arranjos quanto à posse das moradias e das terras (por ex., aluguel, invasão etc.) e o papel do governo local na intervenção em áreas urbanas. Isso tem implicações no nível de bem estar e renda, na ocupação das áreas, e no calendário de atividades.

Os obstáculos para a participação, especialmente nas zonas mais pobres, incluem baixos níveis de capital social; pobreza e acesso limitadíssimo a recursos; pressão do trabalho; insegurança como resultado da criminalidade ou de atividades políticas, e exclusão social. Pode haver também necessidade de se negociar (trade off) o equilíbrio ideal entre estimular a participação e alcançar um objetivo. "Pesar os prós e os contras entre o fortalecimento dos que vivem na maior pobreza e a participação pragmática dos atores mais influentes é uma consideração importante que determinará o êxito ou o fracasso da estratégia" (Pederson, 2001: p.26). Os governos locais podem oferecer-nos ou não uma infraestrutura de apoio.

Análise dos atores

Um aspecto crucial que deve ser considerado é a ampla gama de atores presentes nos ambientes urbanos. A AU desenvolve-se em um ambiente multissetorial, e é fácil esquecer alguns atores chaves para o sucesso de um processo participativo ligado a ela. A ampla gama de atores também contribui para a presença de interesses opostos e de tensões variadas entre eles. Para evitar isso, a equipe da pesquisa deve adotar uma posição de "neutralidade crítica", (Santandreu, nesta edição). Para ter êxito em um contexto tão complexo, o método de pesquisa usado deve produzir informação pertinente para os diferentes grupos de atores, e ser transparente e participativo, além de fácil de assimilar, para permitir a participação de pessoas com diferentes antecedentes educativos. Os métodos para identificar e explorar os interesses dos atores incluem desde pequenas reuniões com os mais representativos até seminários para os quais todos os atores são convidados, incluindo ainda entrevistas individuais; discussões em profundidade; grupos focais, etc.

Amostragem e enfoque

Como os recursos são, em geral, limitados, a análise situacional tem que ser seletiva em sua cobertura de áreas e tipos de agricultura urbana. Os critérios que orientam a seleção da área podem incluir a disponibilidade de espaços abertos, as características socioeconômicas, as áreas de grande crescimento, a densidade de moradias ou de população, os níveis de serviços básicos, a distância desde o centro da cidade, os meios de transporte e seu custo, a disponibilidade de moradias e áreas arrendáveis, o uso das terras, a situação de posse, as características físicas da terra, e a proximidade e a disponibilidade de solos aráveis (Adam, 1999; O'Reilly e Gordon, 1999). A seleção da área de estudo também tem uma dimensão política e técnica vinculada aos interesses dos diferentes atores envolvidos. De qualquer modo, ainda que os critérios e as descrições das categorias possam ser bem claros, com o passar do tempo talvez seja necessário mudar de categoria algumas áreas, à medida em que áreas periurbanas vão assumindo características urbanas, e áreas rurais vão se tornando periurbanas.

O desafio é garantir a representatividade da área e dos participantes para a condução de entrevistas e pesquisas. Em comunidades rurais pequenas e pouco diferenciadas, as entrevistas com informantes chaves e o levantamento de dados sociais podem ser usados para elaborar uma lista completa das famílias para fins de amostragem. Já nas áreas urbanas, a maior densidade populacional, a elevada mobilidade social, uma gama mais ampla de oportunidades de emprego e as relações sociais menos consolidadas fazem menos provável que os residentes se conheçam muito bem. Na versão completa deste artigo, acessível em www.ruaf.org, outras ferramentas são descritas, entre elas: técnicas de abordagens para estudos de casos; discussões com grupos focais; entrevistas utilizando questionários; técnicas combinando abordagens para estudos de casos com entrevistas; e o levantamento das condições em moradias escolhidas aleatoriamente, ao longo de caminhadas de reconhecimento pela área.

Dinâmica e pobreza

As mudanças rápidas são uma característica de muitos ambientes urbanos, daí a necessidade de contar com metodologias práticas para captar as tendências e as dinâmicas que influem na agricultura urbana e periurbana em diferentes escalas (dentro do lar, no grupo/bairro, e na cidade). É portanto importante relacionar as mudanças da agricultura com aspectos mais amplos dos modos de vida urbanos e com a dinâmica subjacente nas mudanças na posse da terra e dos mercados de terras emergentes, vinculações rural-urbanas, padrões de migração, percepções locais, economia nacional, políticas de desenvolvimento urbano, temas ambientais e o contexto histórico, institucional e político (Torres-Lima e outros, 2001).

Para entender o contexto dinâmico e institucional mais amplo, é importante explorar as mudanças que as pessoas perceberam com relação a seus modos de vida e com a agricultura urbana, como responderam, e quais são suas percepções e aspirações. A visualização usando fotografias tem sido usada para explorar valores e percepções relativas à agricultura urbana e ao desenvolvimento urbano em geral (Antweller, 2000).

Uma característica importante da pobreza é sua dinâmica; as pessoas e as comunidades pobres não permanecem necessariamente pobres e é importante distinguir entre a pobreza crônica e a transitória (Rakodi, 1998). Existem diferentes motivações para a agricultura urbana, descritas por Nugent (2000) como uma "estratégia mista de minimização de riscos e complementação alimentar". As questões que são importantes para os pobres necessitam ser empiricamente estabelecidas. Alguns estudos que exploraram as características da pobreza humana indicam que ela está associada com diversos fatores (O'Reilly, 1995).

O método "Abordagem Participativa à Pobreza" (APP) é uma ferramenta funcional para explorar a percepção local sobre a pobreza e a marginalização. Ajuda a identificar a pobreza e os diferentes grupos desde uma perspectiva local, assim como as restrições experimentadas pelos pobres ao empreenderem estratégias de sobrevivência específicas e ao acessarem os serviços públicos e privados.

A análise das redes sociais pode ajudar a entender a vulnerabilidade e a habilidade das pessoas para mobilizarem apoios. As redes sociais e outras instituições informais são canais que permitem aos pobres acessarem informações, assistência social e econômica. Mbiba (2001 a) critica um enfoque demasiado estreito dos pobres que corre o risco de passar por cima das inter-relações que existem entre os grupos pobres e os de renda mais alta. Os métodos para estudar as instituições informais também são muito importantes. As metodologias para explorar as relações de género na AU são discutidas em detalhe no artigo de Hovorka (nesta edição).

Sustentabilidade

Um dos benefícios atribuídos à agricultura urbana e periurbana é que ela aumenta a "sustentabilidade" das cidades. Foram desenvolvidos métodos em muitas disciplinas para avaliar a "sustentabilidade" de uma atividade ou empresa. Os elementos comuns são examinar os impactos em um período de tempo adequado de acordo com a atividade, e considerar as interações de fenômenos sociais, econômicos e ambientais (Nugent, 2001).

Em termos de sustentabilidade ambiental, o foco de muitos projetos de pesquisa tem sido o uso dos recursos naturais (uso de terras) e a reutilização de dejetos/águas servidas. Em muitos casos, o foco da pesquisa são os temas tecnológicos, porém existem exemplos de formas menos convencionais para analisar a gestão de dejetos. Por exemplo, o CIID patrocina um projeto de manejo de dejetos em três zonas agroecológicas da África Ocidental, tratando de desenvolver estratégias de reciclagem que devem ter como resultado o fechamento do ciclo de nutrientes rural-urbano, assim como preservar a qualidade do ambiente urbano reduzindo a acumulação de dejetos. Outro exemplo é a "Situação Multidisciplinar e Análise de Atores" (SMAA) para abordar o problema de uma forma holística que vá mais além de um enfoque meramente técnico (Drechsel e outros, 2001).

As discussões sobre a sustentabilidade pretendem avaliar as tendências e os benefícios econômicos que impulsionam a AU. A importância dos indicadores indiretos também é frequentemente discutida, assim como a inclusão dos custos intangíveis e tangíveis, no valor econômico total gerado pela agricultura urbana.

Dois métodos de análise econômica aplicados à AUP servem para fornecer informações sólidas para a discussão sobre a sustentabilidade. Eles não abordam somente as tendências nos custos de produção ou os salários, mas também examinam aspectos não relacionados com o mercado, como os sociais e os ambientais (Nugent, 2001).

Para desenvolver uma avaliação econômica objetiva da agricultura urbana, os custos negativos também devem ser incluídos (Nugent, 2001), como os riscos para a saúde, os impactos ambientais nocivos, a menor disponibilidade de terras para moradia.

Segurança alimentar

A agricultura urbana dá uma contribuição direta e indireta na provisão de alimentos para os moradores urbanos. Os dados sobre a contribuição indireta à provisão de alimentos urbanos podem ser recolhidos por meio de entrevistas nas casas, pedindo-se aos entrevistados que estimem a proporção do consumo familiar que é

atendida pelos cultivos domésticos (ver Moustier nesta edição). Os estudos que medem o impacto da agricultura urbana sobre a segurança alimentar defendem a hipótese de que a agricultura urbana melhora a segurança alimentar dos lares mais vulneráveis (Armar-Klemesu, 2000). Na verdade, existe um número relativamente escasso de estudos que avaliem objetivamente a relação da agricultura urbana com a nutrição.

Política e instituições

Os métodos participativos são mais associados com pesquisas sobre os pobres do que com as elites e os formuladores de políticas. As ferramentas para incorporar a participação no planejamento e no desenvolvimento urbano vêm incluindo ultimamente aplicações participativas do "Sistema de Informação Geográfica" (GIS, em inglês), para facilitar a comunicação dos atores e a formação de consensos sobre o uso das terras e as políticas de planejamento (Quan, e outros, 2001).

A análise institucional na AU é complexa, já que os temas urbanos raramente servem de base para a colaboração intersetorial, e as instituições raras vezes se comunicam por sobre os limites que separam o campo das cidades. Diferentes atores institucionais, como o governo nacional, o governo local, com os seus vários ministérios, secretarias e departamentos, têm diferentes responsabilidades com relação ao planejamento urbano, ao bem estar social e ao desenvolvimento econômico. Porém para obter os benefícios dos métodos participativos, é importante que o que for aprendido seja usado para influir nas políticas e programas planejados e implementados, com maior amplitude, por essas instituições (Marshall e Te Lintelo, 2001). Para isso, podem-se usar tanto os canais formais quanto os informais.

Conclusões e novas questões

Algumas das principais lições extraídas dessa revisão são:

- A clareza conceitual é importante para guiar a seleção dos locais, a metodologia e a análise.
- É necessária a participação ativa e coordenada de todos os atores para viabilizar melhorias para os grupos vulneráveis.
- Já foram desenvolvidos métodos acessíveis para serem usados por equipes multidisciplinares que promovem a participação de produtores agrícolas urbanos. As ferramentas de pesquisa participativa talvez devam ser adaptadas para serem usadas especificamente em áreas urbanas ou periurbanas.
- Documentar a seleção, a combinação e a sequência dos métodos empregados é mais útil, para os outros pesquisadores, que as descrições do uso isolado de uma única ferramenta.
- O uso de uma combinação de metodologias complementares, tanto quantitativas como qualitativas, visuais e verbais, é eficaz e ajuda a triangulação da informação.
- É necessário tempo para se desenvolver a confiança necessária para fazer pesquisas participativas e de ação. Isso é comum na maioria das ações participativas, e pode ser problemática em zonas urbanas de grande diversidade, com uma população instável e redes de informação limitadas.
- O aprendizado reflexivo e a avaliação crítica da metodologia e da prática investigativa podem ajudar na adaptação aos desafios colocados por contextos urbanos imprevisíveis e propensos a conflitos.
- Deve ser bem considerado e negociado o equilíbrio ideal (*trade off*) entre as duas tendências sempre presentes: (1) avançar mais lentamente, no ritmo da comunidade, mas garantindo o seu gradual fortalecimento e uma participação crescente; ou (2) agilizar os resultados trabalhando prioritariamente com os atores mais poderosos que podem garantir a implementação mais rápida de iniciativas, contatos, apoio etc., "de cima para baixo".

Referências

- Adam, M.G. 1999. Definitions and Boundaries of the Periurban interface - patterns in the patchwork. Paper presented at IBSRAM International Workshop on Urban and PeriUrban Agriculture, Accra, Agosto 1999.
 - Antweiler, C. 2000. Urban Knowledge for a citizen science, experiences with data collection in eastern Indonesia, presented at the ASA 2000 Conference 'Participating in Development', 2-5 Abril 2000, Londres, Reino Unido.
 - Armar-Klimesu, Margaret 2000. Urban Agriculture and food security, nutrition and health, in Bakker et al., eds. Growing Cities, Growing Food, Urban Agriculture on the Policy Agenda, p. 99-117.
 - Beall, J. e Kanji, N. 1999. Households, livelihoods and urban poverty, background paper for ESCOR commissioned research on urban development: urban governance, partnership and poverty, London School of Economics and Political Science, Reino Unido.
 - Dreehsel, P., enfie, O., Vazquez, R. and Danso, G. 2001. Technology Development for municipal organic waste recycling for urban and peri-urban agriculture: a multidisciplinary situation and stakeholder analysis, Workshop on Appropriate Methodologies in Urban agriculture Research, Planning, Implementation and Evaluacion, 1-7 Outubro 2001. Nairobi, Quênia
 - Matshall, F. e Te Lintelo, D. 2001. A methodology for assessing the social and economic implications of pollution effects on urban and periurban agriculture: a case study from India, T H Huxley School, Imperial College of Science, Technology and Medicine, Ascot, Reino Unido.
 - Martin, A., Oudwater, N. and Meadows, K. 2000. Urban agriculture and the livelihoods of the toar in Southern Africa, Case studies from Cape Town and Pretoria, South Africa and Harare, Zimbábue, trabalho apresentado no simpósio internacional "Agricultura e Horticultura Urbanas - o vínculo com o planejamento urbano", Berlim 7-9 Julho 2000.
 - Mbiba, B. 2001 a. The political economy of urban and peri-urban Agriculture in Southern and eastern Africa: Overview, settings and research agenda, in: Proceedings of the MDP/IDRC Workshop on the political economy of urban and peri-urban agriculture in Eastern and Southern Africa, 28 fevereiro - 2 março 2001, Harare, Zimbábue
 - Mirlin, D. e Thompson, J. 1994. Addressing the goals or dupelling the myths?: Participatory approaches in low-income urban communities, in: Special Issue on Participatory Tools and Methods in Urban Areas, RRA notes 21, (p)12, Internacional Instituto for Environment and Development (IIED), Reino Unido.
 - Nugent, R. 2000. The impact of urban agriculture on the household and local economies, in Bakker et al., eds. Growing Cities, Growing Food, Urban Agriculture on the Policy Agenda, p.67 -97.
 - O'Reilly, C. e A. Gordon. 1995. Survival Strategies of poorwomen in Urban Africa; The case of Zambia. NRI Socio-economic series 10, Charham, Reino Unido. Natural Resources Institute.
 - Pederson, Robert M. 2001. Urban Food and Nutrition Security, Participatory approaches for community nutrition, European Health 21 Target 11, WHO Regional office, Copenhagen, Dinamarca.
 - Petez- Vazquez Arturo, Simon Anderson e Alan W. Rogers. 2000. Valuing non-market benefits from allotments: a contingent valuation study, Imperial College at Wye, University of London, Reino Unido.
 - Quan, Julian, Nieoliene Oudwatet, Judith Pender e Adrienne Martin. 2001. GIS and participatory approaches in natural resources research, Socio-economic methodologies for natural resources research best practice guidelines, Charham, Reino Unido: Natural Resources Institute.
 - Rakodi, C. 1998. Review of the poverty relevance of the peri-urban interface production system research, report for the DFID Natural Resources Systems Research Programme, Reino Unido
 - Sanderson, David. 2000. Cities, Disasters and Livelihoods, CARE, UK, also published on <http://www.livelihoods.org/cgi-bin/>
 - Torres-Lima, P., Rodríguez-Sánchez. L. e Sánchez-Jerónimo, O. 2001. Sustainable urban agriculture development in Mexico, a methodological approach, Workshop on Appropriate Methodologies in Urban Agriculture Research, Planning, Implementacion and Evaluacion, 1-7 outubro 2001, Nairobi, Quênia.
-

